



Comissão Externa de Combate ao Racismo no Brasil para propor Ações legislativas e políticas capazes de combater os casos de racismo, bem como investigar as providências adotadas pelos setores públicos e privados.

RELATÓRIO DE MISSÃO OFICIAL - VIAGEM AO RIO DE JANEIRO

Relatório preparado das diligências efetuadas na cidade do Rio de Janeiro, no dia 19 de maio de 2014, com objetivos realizar reuniões para traçar ações de combate ao racismo no Brasil. Participaram também das reuniões a Deputada Federal Benedita da Silva e o Deputado Federal Amauri Teixeira.

2. Às 09h00, a Comissão foi recebida na OAB/RJ pelo presidente da Comissão de Igualdade Racial, Dr. Marcelo Dias.

Eu, Deputado Damião Feliciano, coordenador da CEXT, levei dados estatísticos sobre a conclusão de processos judiciais relativos ao racismo, externei as minhas preocupações a respeito dos recentes episódios de preconceito no País, levantei minhas dúvidas sobre se a legislação antirracismo seria frouxa ou não teria ressonância na sociedade civil.

O presidente da Comissão da OAB/RJ explicou que a mesma foi criada em março de 2010, e que, recentemente, fez publicar a "Cartilha dos Direitos Afro-Brasileiros", bem como realizou, em abril último, o Seminário "Vítimas do racismo – Violência e seus Desafios". Sobre o caso do ator Vinícius Romão, declarou que a polícia não realizou a contento o trabalho



de investigação, o que culminou na prisão do ator por dezesseis dias, até que se comprovasse a sua inocência. Defendeu, ainda, que a tipificação da injúria racial foi um “tiro no pé” da comunidade negra, e que a questão da inafiançabilidade dos crimes de racismo dificulta a aplicação da lei pelo Poder Judiciário. Que, via de regra, a polícia do RJ é preconceituosa, mas os policiais formados mais recentemente, e que vão para as unidades de polícia pacificadora – UPPs são mais preparados para o trabalho comunitário. Mencionou que a Defensoria Pública do Estado Fluminense criou um núcleo de combate ao racismo.

A seguir, às 11h30, na mesma OAB/RJ, a CEXT ouviu o depoimento do ator Vinícius Romão.

Expliquei ao ator que o intuito da CEXT era dar a ele uma nova oportunidade para explicar o erro de que foi vítima, a fim de contribuir com a Comissão com mais dados para a elaboração de aperfeiçoamentos legislativos.

Vinícius iniciou sua explanação dizendo que sempre estudou em escolas particulares, pois seu pai é Tenente-Coronel do Exército, sendo uma pessoa respeitada e que proporcionou boas condições financeiras a sua família. Que foi abordado por um policial civil e pela vítima somente por ser negro e ter cabelo “black power”. Que, na Delegacia, foi autuado em flagrante por roubo, mesmo sem possuir nada da vítima, em virtude de um reconhecimento equivocado desta, e que não ligou para que o seu pai interferisse. Que a vítima até poderia ser perdoada, mas o Delegado que lavrou o flagrante não, pois não adianta haver leis se as autoridades policiais não as aplicam. Que da 25ª Delegacia foi para a Central de Flagrantes, onde foi mal tratado e desrespeitado, tendo inclusive o cabelo cortado “por razões de higiene”. Não quis ficar em cela especial apesar de ter curso superior, por medo de sofrer maus tratos, e ficou numa cela com mais quinze presos. Que a mídia ajudou muito para a sua libertação e que, de agora em diante, deseja contribuir para o combate ao racismo, por tê-lo vivenciado. Que, no Brasil, nada mudou desde os tempos da escravidão; a senzala foi trocada pelos presídios, e o chicote, pelo cassetete. Diz ter conhecimento de que há muita discriminação no mercado de trabalho, trata-se de uma questão cultural. Que foi um milagre ter sobrevivido à prisão. Informou que o seu caso foi arquivado por falta de provas, o que é um absurdo. Opinou no sentido de que deveria haver delegacias especializadas, assim como acontece com a violência doméstica



contra as mulheres, pois o racismo, hoje, aparece maquiado de muitas formas. E que, em virtude do ocorrido com ele, toda a sua trajetória pessoal caiu por terra, de uma só vez.

A OAB informou que não existem delegacias especializadas no estado do Rio de Janeiro.

Ressaltei a coragem da CEXT em levantar a bandeira contra o racismo, falei ainda da minha formação médica como cardiologista e que fui movido na luta contra o preconceito em virtude do caso Vinícius, ao pensar na milhares de vítimas de preconceito anônimas que permanecem presas. Ressaltei a dificuldade em criar a CEXT na Câmara dos Deputados e sublinhou que deve haver uma maior conscientização do problema por parte do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Às 14h30, a CEXT foi recebida em audiência pelo Deputado Estadual Marcelo Freixo, presidente da Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – ALERJ.

O Deputado Freixo explicou que sua Comissão trabalha muito com o assunto do racismo e outros correlatos, como a violência policial e a aplicação de medidas socioeducativas. Afirmou que a mortalidade negra nas favelas do Rio de Janeiro é um verdadeiro genocídio. Externou suas dúvidas sobre ser a via da alteração legislativa a mais indicada para equacionar o tema do racismo, que o problema maior estaria na aplicação da lei. Exemplificou com a questão das prisões provisórias – quase 40% dos presos no Estado são provisórios, a maioria de negros. Defendeu uma ação parlamentar pedagógica, pois o racismo é um problema estrutural, sendo importante bem informar os delegados de polícia, os promotores de justiça e os juízes. Que a atuação dos órgãos da segurança pública em face dos negros é letal, havendo três negros assassinados para cada branco. Afirmou que o Estado é o maior agente racista, que o sistema prisional é racista, assim como a aplicação das medidas socioeducativas.

Às 16h00, a CEXT foi recebida em audiência na Secretaria de Estado da Segurança Pública do Rio de Janeiro.

O Secretário José Mariano Beltrame solicitou à CEXT um tempo maior para colher dados acerca do racismo. Explicou que houve uma



especialização da polícia para o atendimento de casos relacionados à homofobia, para que no registro das ocorrências de crimes praticados contra este público houvesse uma referência à questão da discriminação. Afirmou que o problema atinente ao racismo não são as leis, mas o desconhecimento delas. Asseverou que grande parte do contingente de policiais é negra e humilde, e que é necessário existir uma capacitação de pessoal para o atendimento de casos relacionados ao preconceito racial, tendo se comprometido a realizá-la no Estado. Que não haveria condições de pessoal para abrir delegacias especializadas no Estado, neste momento.

Sublinhei também a questão do racismo institucional, no que foi apoiado pelo Secretário.

Às 17h00, a CEXT foi recebida em audiência na Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

O Secretário João Carlos Mariano Santana explicou que sua pasta carrega forte viés social. Que, no caso da morte de Cláudia Silva Ferreira o Estado reconheceu seu erro e se desculpou, tendo lançado a Campanha "Racismo é Gol Contra". Afirmou à CEXT que intercederia junto ao Secretário Beltrame para que seja realizada uma capacitação dos agentes de segurança pública no trato com as questões de preconceito racial, que realmente é preciso constar no formulário da polícia a motivação racista de cada caso, quando existir. Entende que é oportuno que a CEXT faça um papel de interlocução entre os diversos poderes constituídos para equacionar a questão do combate ao racismo no Brasil.

Com agradecimento ao Secretário à acolhida, reforcei a importância do trabalho desenvolvido pela CEXT de Combate ao Racismo.


DAMIÃO FELICIANO

Deputado Federal

PDT-PB